

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

No passado mês de julho, a Assembleia da República aprovou por unanimidade a Resolução n.º 121/2013, que resultou de um texto consensualizado por todas as forças políticas com representação parlamentar.

Essa Resolução recomenda ao Governo, no seu ponto 2, que “*promova uma ampla discussão pública no Algarve para a definição da estratégia regional para o setor marítimo e portuário, incluindo o estabelecimento das prioridades de investimento nos portos da região algarvia*”.

No dia 31 de julho de 2013, imediatamente após a publicação em Diário da República da Resolução n.º 121/2013, o Grupo Parlamentar do PCP questionou o Ministério da Economia sobre as iniciativas concretas que o Governo se propunha realizar com vista à promoção da referida discussão pública.

Na sua resposta, de 9 de outubro de 2013, o Ministério da Economia não só não respondeu à pergunta colocada pelo Grupo Parlamentar do PCP, como manifestou a sua intenção de avançar desde já para a colocação dos Portos Comerciais de Faro e Portimão na dependência da Administração do Porto de Sines sem qualquer discussão pública prévia.

Esta postura do Governo configura um inaceitável desrespeito pela Resolução da Assembleia da República, a qual determina de forma inequívoca, no seu ponto 2, que se proceda a uma discussão pública no Algarve para a definição da estratégia regional para o setor marítimo e portuário. Relembra-se que a referida Resolução resultou de um alargado debate na Assembleia da República sobre os portos da região algarvia, tendo sido aprovada por unanimidade.

A criação de um grupo de trabalho cujo trabalho incide, na ótica do Governo, sobre as matérias a que alude a Resolução da Assembleia não desobriga o Governo a promover uma discussão pública na região algarvia sobre essas mesmas matérias.

O PCP entende que esta discussão pública deve ser iniciada rapidamente, envolver os mais

amplios setores da sociedade algarvia e incluir, naturalmente, a discussão sobre o modelo de gestão do conjunto dos portos comerciais, de pesca e de recreio do Algarve.

O PCP rejeita a postura do Governo de tentar impor soluções para o setor marítimo e portuário do Algarve à margem de qualquer debate público, e manifesta-se desde já fortemente empenhado em participar nesse debate, apresentando e defendendo as suas propostas, com o objetivo de contribuir para o relançamento da atividade portuária no Algarve, colocando-a ao serviço da recuperação do aparelho produtivo, da criação de emprego e do desenvolvimento económico e social regional.

Pelo exposto e com base nos termos regimentais aplicáveis, venho por este meio perguntar novamente ao Governo, através do Ministro da Economia, o seguinte:

1. Reconhece o Governo que a integração dos Portos Comerciais de Faro e Portimão na Administração do Porto de Sines, sem que previamente se realize a ampla discussão pública a que se refere a Resolução n.º 121/2013, configura uma inaceitável postura de desrespeito pela Assembleia da República?
2. Que iniciativas concretas se propõe o Governo realizar com vista à promoção da discussão pública no Algarve para a definição da estratégia regional para o setor marítimo e portuário, incluindo a questão do modelo de gestão do conjunto dos portos comerciais, de pesca e de recreio do Algarve?
3. Quando serão realizadas essas iniciativas?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 14 de Outubro de 2013

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)